



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 1 [recurso eletrônico] /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-410-8

DOI 10.22533/at.ed.108201809

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
Wagner Sousa de.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. I**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse primeiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos, a proteção da criança e do adolescente, o direito e a bioética, impactos ambientais decorrentes da ação humana, além de uma seção de temas diversos.

Na etapa dos direitos humanos há análises interessantes como sobre ordem econômica e desenvolvimento, fundamentação de decisões judiciais, vulnerabilidades e educação, a descriminalização do aborto e a crise humanitária em razão da migração em busca de refúgio.

Na proteção da criança e do adolescente são verificadas contribuições que versam sobre o ser criança e a política de assistência social em Caruaru, município de Pernambuco.

Em direito e bioética são encontradas questões como o nascituro microcéfalo e bioética e odontologia.

No debate impactos ambientais decorrentes da ação humana, aqui é contemplada a atividade da mineração, conflitos de moradia em unidade de conservação em João Pessoa, município da Paraíba, bem como a violação de direitos de mulheres atingidas por barragens.

Por fim, temas diversos atinge os abordagens sobre desafios da relação humanidade, culturas e meio ambiente em momentos de pandemia, a antiética na investigação científica, o lawfare e a atividade jurisdicional, cartel e responsabilidade civil, além do pensamento decolonial.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TENTATIVAS DE REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO	
Bianca Lucena Simões	
Tháís Luna de Carvalho Tito	
Rafael Baltar de Abreu Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1082018091	
CAPÍTULO 2	11
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UM DOS DIREITOS HUMANOS	
Pedro Henrique dos Santos	
Marcos César Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.1082018092	
CAPÍTULO 3	26
ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	
Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz	
Claudio Roberto Araújo Castro	
Dalila Maria de Fátima Lisbôa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018093	
CAPÍTULO 4	34
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Letícia do Carmo Souza	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018094	
CAPÍTULO 5	46
CRISE HUMANITÁRIA DE REFUGIADOS: O EXACERBADO NACIONALISMO EUROPEU À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Letícia do Carmo Souza	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018095	
CAPÍTULO 6	57
MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA	
Camila Alessandra Scarabel	
Danielle Gonçalves Correia	
Denise de Carvalho Campos	
Helena de Jesus Abreu Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018096	

CAPÍTULO 7	65
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UMA LEITURA DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CREAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	
Karinny Lima de Oliveira	
Maria Perpétua Socorro Dantas	
Daniele Medeiros Pereira	
Joana D'arc da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018097	
CAPÍTULO 8	76
A DESUMANIZAÇÃO DO NASCITURO MICROCÉFALO	
Thiago Guedes de Oliveira Lima	
Anna Luiza de Carvalho Lisboa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018098	
CAPÍTULO 9	88
BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA	
Christiana Almeida Salvador Lima	
Wellington Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1082018099	
CAPÍTULO 10	107
RETORNO DAS OPERAÇÕES DA SAMARCO MINERAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR	
Marcelo Quintino dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.10820180910	
CAPÍTULO 11	115
CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB	
Tereza Cristina Araújo de Oliveira	
Rogério dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.10820180911	
CAPÍTULO 12	125
A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	
Laine Motter Oliveira	
Ana Cecília de Araújo Teixeira	
Érica Fernanda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10820180912	
CAPÍTULO 13	133
ANÁLISE DO MODELO FUNDADO PELA SOCIEDADE MODERNA, A CRISE DA MODERNIDADE E AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA RELAÇÃO HUMANIDADE,	

CULTURAS E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Emanoel Ferdinando da Rocha Jr.
Cicera Maria Alencar do Nascimento
Tereza Lúcia Gomes Quirino Maranhão
Mabel Alencar do Nascimento Rocha
Jorge Luiz Gonzaga Vieira
Thiago José Matos Rocha
Adriane Borges Cabral

DOI 10.22533/at.ed.10820180913

CAPÍTULO 14..... 145

OS DESDOBRAMENTOS PROVENIENTES DA PRÁTICA DO CARTEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Francisco das Chagas Bezerra Neto
Raíssa Julie Freire Gouvêa
Clarice Ribeiro Alves Caiana
José Nunes de Oliveira Neto
Hugo Sarmiento Gadelha
Aline Carla de Medeiros
Patrício Borges Maracajá

DOI 10.22533/at.ed.10820180914

CAPÍTULO 15..... 155

PRÁCTICAS ANTIÉTICAS EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

Clayson Marlei Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.10820180915

CAPÍTULO 16..... 172

O LAWFARE COMO UM PRODUTO DO JUIZ HÉRCULES, UM STANDARD DA JURISTOCRACIA

Francisco de Assis Macedo Barreto

DOI 10.22533/at.ed.10820180916

CAPÍTULO 17..... 182

O NEGRO E O PENSAR DECOLONIAL: DOS MALÊS À MARIGHELLA – UM POVO CHAMADO REVOLUÇÃO

Ivan Azevedo do Nascimento
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.10820180917

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 01/09/2020

Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
<http://lattes.cnpq.br/6602674837579370>

Claudio Roberto Araújo Castro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
<http://lattes.cnpq.br/1453893144043478>

Dalila Maria de Fátima Lisbôa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
<http://lattes.cnpq.br/8897553695550526>
Brasília- DF

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar um estudo documental que compreende análise de quarenta e cinco questionários ligados à assistência estudantil no período de 2017 a 2019 no Instituto Federal de Brasília *Campus* Planaltina. Foram analisados de forma direta somente os questionários onde os estudantes falaram sobre as atividades de lazer que realizavam. Observou-se que em 80% deles, as atividades informadas estavam ligadas a fazeres que não envolvem gastos monetários, o que de forma dedutiva nos faz compreender que os recursos familiares, por serem escassos, priorizam alimentação, moradia e saúde, fator que pode fragilizar a questão do lazer enquanto um bem comum e direito de todos.

PALAVRAS - CHAVES: Lazer, Direitos Humanos e Bem Comum.

LEISURE STRATEGIES OF STUDENTS IN A SITUATION OF VULNERABILITY AND HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: This article aims to present a documentary study that comprises analysis of forty-five questionnaires related to student assistance in the period from 2017 to 2019 at the Federal Institute of Brasília *Campus* Planaltina. Only questionnaires where students talked about their leisure activities. It was observed that in 80% of them, the activities informed were linked to actions that do not involve monetary expenses, which deductively makes us understand that family resources, being scarce, prioritize food, housing and health, a factor that can weaken the issue of leisure as a common good and right for all.

KEYWORDS: Leisure, Human Rights, common good.

1 | INTRODUÇÃO

Vieira, Romeira e Lima (2018) realizaram uma revisão da literatura sobre lazer e apresentaram como base do seu significado em latim a palavra “*licere*” que pode ser entendida, dentre outros significados, o de “ter direito”. A partir dessa perspectiva, propomos fazer a reflexão de que é um direito usufruir do lazer, seja ele no formato de descanso ou atividades que geram prazer e isso deveria ser um bem comum para todos os seres humanos. Porém, ao analisarmos a realidade de algumas pessoas, esse nem sempre faz parte de suas vidas.

O lazer é, portanto, uma atividade, seja ela individual ou coletiva, em um momento onde o indivíduo vai usufruir de forma que a alegria e o prazer em fazer aquela atividade estejam conciliados.

Infelizmente, em prol do prazer alguns violam os direitos de outros, como acontece nos casos de pessoas que em busca dele violam os direitos das crianças e adolescentes ao procederem com atos de violência sexual. Qualquer situação onde a alegria e o prazer incidam na violação do direito do outro, perde a essência do viver ético na sociedade.

Ao ampliarmos nossas reflexões para o conjunto da sociedade, o acesso ao lazer é muitas vezes uma mercadoria. Ir ao cinema, ao shopping, a um parque, que muitas vezes cobra uma taxa para acesso, pode ser algo distante da realidade de muitas pessoas, uma vez que o pouco recurso que possuem é usado para manutenção de necessidades básicas.

Daremos um exemplo hipotético sobre a realidade de uma família em Brasília. Imaginemos um pai de uma família, composta por 4 pessoas, que tem como sustento um salário mínimo vigente. Suponhamos que seja ele, a companheira e dois filhos de 8 e 10 anos e que residem no bairro Planaltina. Para chegarem ao zoológico da cidade, eles têm de pegar dois ônibus. Gastarão R\$40,00 para ir e R\$40,00 para voltar. Para adentrar ao zoológico pagarão R\$10,00¹ para ele e a esposa e R\$5,00 por cada filho, totalizando R\$30,00. Se essa família não fizer nenhuma alimentação fora, só com o que foi mencionado aqui, terão gasto R\$110,00 (cento e dez reais). Esse valor é mais que 10% da renda dele.

A partir das deduções acima, apresentaremos a relação do lazer como bem comum e como direito humano e as barreiras ao lazer como possível violação de direitos; o conceito de assistência estudantil e como ela é realizada no Instituto Federal de Brasília-IFB *Campus* Planaltina como promotora do lazer aos estudantes; a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho; a discussão dos resultados; o perfil e a análise das atividades de lazer colocadas pelos estudantes e as considerações finais.

2 | LAZER COMO BEM COMUM E DIREITO HUMANO

Roel Kuiper (2019), em palestra², afirmou que o Estado deve ser um facilitador para que as pessoas possam vivenciar e usufruir dos direitos. Acredita que os seres humanos são responsáveis por seus deveres e são esses que corroboram para que as pessoas possam usufruir dos direitos. Ele reconhece a escola como uma das formadoras de capital moral quando se propõe a contribuir para que o estudante possa viver em sociedade. Ele afirma que a escola nunca é neutra, ela passa uma visão de mundo e ao fazer isso, pode ser um lugar onde os valores humanos como ética, coragem, honestidade, modéstia,

1. Valores disponíveis no site do Zoológico de Brasília consultados no dia 20 de fevereiro de 2020 (<http://www.zoo.df.gov.br/horario-de-funcionamento/>)

2. Evento: Seminário Internacional de Capitais Morais, Bem Comum e Direitos humanos, realizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) nos dias 23 e 24 de outubro 2019.

colaboração com próximo, podem ser fomentados. Para ele tudo isso faz parte da formação do capital moral.

A corrupção tanto na esfera pública quanto na esfera privada, incide na violação de direitos humanos. Recursos que deveriam ir para saúde, segurança, educação, cultura e lazer, ficam prejudicados. Dr. Kuiper (2019), na mesma palestra, falou que sociedades cumpridoras dos seus deveres usufruem mais dos direitos. Dedutivamente, concluímos que sociedades onde o índice de corrupção é baixo ou inexistente no setor público ou privado, as pessoas têm mais acesso aos bens e serviços públicos e a desigualdade social não é elevada, como são os casos da Holanda e da Suécia. Assim, deduzimos que o acesso ao lazer é ampliado ao conjunto da sociedade enquanto um bem comum. Crianças, jovens, adultos e idosos podem usufruir deste bem, como ratifica o artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito ao repouso e lazer.”.

Piovesan (2010, p. 118) afirma que a “dignidade da pessoa humana é o valor intrínseco à condição humana (...)”. mais adiante, refere-se a Amartya Sen para validar o entendimento dele de que nas sociedades onde a democracia é bem estabelecida, “como atesta a perspectiva histórica, não conviveu com a miséria extrema” (p. 140). Essa autora mostra a relevância dos direitos econômicos e sociais, a indivisibilidade deles imbuídos de um direito ao desenvolvimento global.

Arun Gandhi, no prefácio do livro Comunicação Não Violenta de Marshall B. Rosenberg (2006), afirma que “o mundo em que vivemos é o que fazemos dele”. Ele ressalta a importância do amor, do respeito, da gratidão, da compaixão e preocupação com os outros, dentre outros valores humanos também defendidos por Kuiper (2019), em substituição do ódio, da violência, do preconceito, da discriminação e da agressividade. Elementos que para nós só podem ser vivenciados em ambientes onde a dignidade da pessoa humana é garantida em sua totalidade, inclusive na perspectiva do lazer, para o bem estar.

Piovesan e Pirota (2010, p. 349) defendem que “o lazer tem sido cada vez mais reconhecido como um direito fundamental (...)”. Capul e Lemay (2003) o apontam, assim também como o esporte, como uma forma de prevenção para que jovens e adolescentes não entrem para a criminalidade.

Onde há falta de alimentos, moradia, transporte, saneamento básico, os elementos dos valores humanos para humanos acima podem ser sucumbidos. Por isso, a sociedade trabalhando em conjunto para diminuição da desigualdade, a corrupção deixando de esgarçar as contas públicas, o investimento em oportunidades de lazer poderão ser mais efetivos.

Quando um grupo de voluntários vai a um hospital fazer brincadeiras e ler para as crianças, estão oportunizando a elas o acesso ao lazer. Quando o Estado apoia estes voluntários e por vezes subsidia projetos de tal natureza, o acesso pode ser ampliado e mais pessoas que não tenham condições de acessá-lo podem experimentá-lo de forma digna e humana.

As praças onde os pais podem levar seus filhos, onde as pessoas podem frequentar sem medo de sofrerem violência, onde os idosos também a usam para jogar dominó, baralho e fazer atividades físicas, também são estruturas de lazer que podem ser subsidiadas pelo Estado ou pelos segmentos privados do local. Em algumas cidades empresas doam bancos, parquinhos para crianças e assim participam de forma a contribuir com elementos que cooperam para o lazer. Quadras esportivas, ciclovias e faixas para caminhadas, beneficiam duplamente tanto no âmbito do lazer como no das atividades físicas.

Locais onde não há estruturas mínimas de sobrevivência como asfalto, moradias seguras, saneamento básico e ausência de equipamentos de esporte, as probabilidades de que seus habitantes possam usufruir de um lazer digno são mínimas.

3 | ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFB *CAMPUS* PLANALTINA: EDUCAÇÃO É TUDO ISSO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília-IFB, nasceu em 2008 com a expansão da rede de educação profissional e tecnológica no Brasil. Hoje são 10 *campi* que oferecem educação profissional e tecnológica de nível médio, pós médio e superior e também licenciaturas.

Em 2014 foi formulada, com base no decreto 7.234 de 2010, a primeira Política de Assistência Estudantil com a participação dos estudantes no IFB. O objetivo da Assistência Estudantil é contribuir para que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam permanecer no seguimento educacional que eles escolheram, diminuindo assim as desigualdades por questões socioeconômicas e educacionais.

As reuniões para construção da Política de Assistência Estudantil do IFB aconteciam nos *campi*, para discussões internas e na reitoria do IFB para discussões gerais, com participação de representantes de todos os 10 *campi* do IFB.

Juntos, estudantes e servidores, criaram os programas de assistência estudantil que eram necessários para contribuir para a permanência. Dentre os programas, uma reivindicação, principalmente, dos estudantes do *Campus* Planaltina (o primeiro dos 10 *campi* do IFB em Brasília) que moravam na residência estudantil à época, foi que o lazer fosse incluído no Programa Cultura e Esporte. Eles demandaram que o acesso ao lazer era algo importante no espaço educacional, principalmente, para os que moravam na escola e na época não tinha muitas opções. Então nasceu o PINCEL- Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer.

Desde então, vários projetos já foram e vêm sendo executados. Projetos criados e coordenados por estudantes adolescentes, jovens e adultos que são protagonistas, sob a orientação de servidores técnicos ou docentes.

Um dos projetos, no âmbito do lazer, que já é financiado por essa política desde 2015, no caso do *campus* Planaltina é o projeto AGROCINE. Por meio dele, estudantes, dentre estes, alguns que nunca foram a um cinema, têm essa oportunidade de lazer oferecida como algo institucional situando na dimensão do direito ao lazer. Na atividade ganham o ingresso, o transporte escolar até ao cinema e um lanche durante a participação na atividade.

4 | METODOLOGIA DO ESTUDO SOBRE OS LAZER DOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE

Fizemos uma pesquisa de análise documental com base nos atendimentos feitos pela equipe de Assistência Estudantil, de 2017 a 2019, dos estudantes que buscavam auxílio emergencial³. Selecionamos somente as fichas de entrevistas onde os estudantes mencionaram suas atividades de lazer. Dentre as fichas pesquisadas, 45 estudantes colocaram algumas de suas atividades de lazer.

A partir das estratégias de lazer mencionadas, categorizamos com base na metodologia qualitativa de forma em que não possam ser identificados, preservando o sigilo das suas identidades.

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável, ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador em vivenciar a experiência da pesquisa. Uma consideração importante nesse sentido é que a pesquisa qualitativa é, de um modo geral, participante, nós também somos sujeitos da pesquisa” (MARTINELLI, 2012, P. 27).

As análises das fichas tiveram por base técnicas de Bogdan e Biklen (1994) que subsidiam elementos para a análise qualitativa em Educação. Para eles, os diários, as fichas, os documentos, carregam elementos relevantes que demonstram o modo de vida dos sujeitos e são instrumentos importante na investigação. Estimulam os pesquisadores a pensar “a partir dos dados que têm” (p.219) e fazer a leitura qualitativa de dados quantitativos.

Em relação ao perfil, pelo que foi verificado nas fichas, o seguimento de estudo, 16 eram no curso superior e 12 do ensino médio integrado e 17 do ensino médio subsequente (pós ensino médio). Destes, 35 são adultos e 10 adolescentes com idade superior a 16 anos. Em relação a emprego, 100% dos adultos informaram está em situação de desemprego e destes, 10% afirmaram possuir ocupação de ganhos informais: as mulheres em trabalhos

3. Auxílio Emergencial é um recurso disponibilizado para os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) para atender questões de materiais, alimentação, transporte e moradia. O discente pode receber até R\$1200,00/ano dividido em parcelas. Para isso são realizadas análises pelos profissionais de Serviço Social. Nas análises são observadas questões objetivas e subjetivas no atendimento ao aluno. É necessário um olhar qualificado e uso de instrumentais, pois muitos discentes se encontram em extrema vulnerabilidade social.

ligados a faxinas em casas de famílias e os homens em serviços gerais como capina de terrenos.

Em relação à escolaridade dos pais, 15% informaram não ter conhecimento dos pais, por terem sido criados e em alguns casos registrados só pelas mães. Esse fator, de mulheres que criam sozinhas seus filhos é presente nas análises, principalmente, das famílias de baixa renda (Sartori, 2012).

Ainda, sobre informações sobre os pais dos estudantes, 38% informaram que as mães possuíam ensino fundamental incompleto e os pais 42%. Com nível médio completo, as mães 33% e os pais 20%. Com ensino superior incompleto, 2% das mães e 0% dos pais. Com a graduação completa, 6% dos pais e 12% as mães. Esses dados revelam a baixa escolaridade dos pais, pois a maioria possui o ensino fundamental incompleto. O número de mulheres com graduação e com ensino médio completo supera os dos homens. Fator este que ratifica as estatísticas de gênero de 2018 que apontam um maior número de mulheres em nível médio e superior (IBGE, 2018).

Em relação ao lazer aparecem nas estratégias dos estudantes momentos com a família, com os animais, com os cuidados com as plantas, leituras, momentos com amigos e uso de celulares. Em relação a lugares, por parte do público ser de origem rural, aparece visitar parentes e amigos em assentamentos e em chácaras.

Estratégias de lazer	Envolve investimento financeiro	Não envolve investimento financeiro
Visitar a família	x	x
Visitar os amigos	x	x
Ir à igreja		x
Cuidar das plantas		x
Brincar com o cachorro.		x
Brincar com os filhos		x
Dançar	x	x
Andar a cavalo	x	x
Leitura	x	x
Mexer no celular		x

Quadro 1- Estratégias de lazer

Fonte: produzido pelos autores

Em relação às atividades que envolveram gastos monetários, consideramos possíveis gastos com passagens, aquisição de ingressos ou de livros. Embora tenhamos considerado tais atividades como algo que requer certo investimento financeiro, podemos considerar que 80% podem ser atividades que não exijam que sejam dispensados recursos para executá-las.

5 | ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE E A REALIDADE DO LAZER

Os dados acima revelam que o lazer infelizmente não é um direito de todos. Uma atividade escassa na realidade principalmente dos que possuem condições econômicas e sociais desfavoráveis.

O lazer é necessário para condição humana. Os projetos como os desenvolvidos no programa PINCEL, são salutares nos ambientes escolares. Nosso sonho e defesa é que o Plano Nacional de Assistência Estudantil se amplie também ao segmento da educação básica. Que outras pessoas tenham oportunidade de protagonizar projetos de lazer incentivados institucionalmente.

Que segmentos privados, incentivados pelo Estado também possam contribuir para ampliação do acesso ao lazer. Por exemplo, uma fábrica localizada em alguma cidade, pode oferecer subsídios via editais para que as pessoas daquela cidade criem projetos de lazer de acordo com as suas necessidade e vontades.

6 | CONCLUSÃO

Como defensores dos direitos humanos, por acreditar que a dignidade da pessoa humana deve ser defendida em sua totalidade, acreditamos que um dia teremos em nosso país a possibilidade de todos os brasileiros e estrangeiros que aqui vivem possam vivenciar a plenitude do acesso aos bens e serviços sejam eles de lazer ou de natureza essencial como moradia, educação e saúde de forma plena.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, 1994.

CAPUL, Maurice.; LEMAY, Michel. **Da Educação à Intervenção Social**. Porto, Porto Edital, 2003

IBGE, **Estatísticas de gênero, 2018** acesso em 01 de março de 2020 disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 4 ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

PIOVESAN, Flávia. PIROTTA, Wilson R. Buqueti. **Os direitos humanos das crianças e dos adolescentes no direito internacional e no direito interno.** Disponível em: Temas em Direitos Humanos. 4 ed. São Paulo, Saraiva, 2010 (p. 337-351)

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo, Ágora, 2006

VIEIRA, Júlia Lelis; ROMERA, Liana Abrão; LIMA, Maria Cristina Pereira. **Lazer entre universitários da área da saúde: revisão de literatura.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4221-4229, Dec. 2018. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204221&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.31012016>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 96

Adolescente 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 83, 86

B

Barragens 111, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Bioética 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

C

Cartel 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Criança 47, 57, 58, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 79, 83, 86, 99, 102, 103

Crise Humanitária 46, 52

Cultura 28, 29, 41, 56, 67, 68, 75, 112, 114, 115, 116, 120, 142, 144, 148, 170, 190

D

Decisões Judiciais 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 179

Dignidade 2, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 32, 42, 50, 55, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Direito ao Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 28

Direitos Humanos 2, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 92, 117, 131, 132, 178, 190

E

Estudantes 26, 27, 29, 30, 31, 32, 93, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 125, 156, 170, 188

Ética 2, 27, 44, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 157, 158, 167, 170, 178, 186

F

Fundamentação 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 67, 84, 125

I

Investigação 30, 32, 36, 70, 82, 99, 117, 153, 180

J

Juiz 17, 18, 19, 20, 21, 23, 58, 155, 172, 175, 176, 177, 178, 179

L

Lawfare 172, 173, 177, 178, 179, 180

Lazer 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67, 68

M

Meio Ambiente 63, 90, 91, 92, 109, 110, 113, 116, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 190

Mineração 107, 108, 111, 113, 114, 127

N

Nascituro 41, 42, 43, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Negro 182, 184, 185, 188, 189

O

Ordem Econômica 1, 2, 4, 5, 7, 8, 116, 148, 153

R

Reforma 1, 2, 4, 5, 7

Refugiados 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 141

Responsabilidade Civil 145, 146, 151, 152, 153, 154

S

Sociedade 11, 15, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 42, 43, 48, 60, 63, 67, 68, 69, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 107, 108, 111, 119, 120, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 153, 172, 176, 179, 182, 184, 188, 189


U

Unidade de Conservação 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

V





Vulnerabilidade 26, 29, 30, 32, 69, 70, 95, 104



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade